

19 2 SET 1990

GAZETA MERCANTIL

Um programa contra o analfabetismo

por Cleide Castro
de Brasília

O presidente Fernando Collor de Mello e o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, lançaram, ontem, em solenidade no Palácio do Planalto, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. O programa foi idealizado para durar até 1998, o prazo previsto na Constituição para a eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental no País.

Em seu discurso, o presidente Collor disse que o problema fundamental a ser atacado refere-se ao ensino básico, ou seja, proporcionar um mínimo de oito anos de escolaridade à população jovem. Além disso, acrescentou que se faz necessário "revigorar a escola pública" e "valori-

zar socialmente a missão do professor". O ministro Chiarelli destacou o papel da universidade, que será responsável pelo treinamento dos professores e pela definição dos métodos que serão empregados em cada município.

Ontem, foram aprovados Cr\$ 51 milhões, para serem utilizados, de imediato, em seis projetos especiais de alfabetização, dentre os quais um apresentado pela prefeitura de São José dos Campos. São Cr\$ 5 milhões que serão empregados na capacitação de 1.300 professores e ampliação de, aproximadamente, 12% do atendimento à população analfabeta da rede municipal de ensino. A maior quantia, Cr\$ 30 milhões, será destinada à "valorização da cultura" e capacitação de professores, para o

ensino bilingüe a 2.697 índios, em 14 estados da Federação (ver matéria ao lado).

Nas metas fixadas para o atual governo consta a alfabetização de 70% do contingente de analfabetos — cerca de 23 milhões de pessoas, de um total de 31 milhões —, assegurando-lhes a continuidade de escolarização fundamental. Serão investidos este ano, além dos recursos previstos no orçamento do Ministério, Cr\$ 10 bilhões, oriundos do Tesouro Nacional e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Para 1991, já estão previstos Cr\$ 40 bilhões, sem contar os recursos que deverão ser alocados, através de financiamentos de organismos internacionais de crédito,

como o Banco Mundial. O programa será desenvolvido a partir de projetos municipais e estaduais, aprovados em assembleias de representantes do setor educacional e da comuni-

dade, que serão realizadas nos estados e municípios em outubro próximo. Caberá à comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, instituída ontem, através de decreto

presidencial, oferecer sugestões para a formulação de diretrizes e concepção da política e do programa.

Segue abaixo a íntegra dos discursos do presidente Fernando Collor de Mello: